

**SINDICATO  
DOS PROFESSORES  
DO NORTE**

**TRIÊNIO 2014-2017**

**ELEIÇÃO  
27.05 DOS  
CORPOS  
GERENTES**

27 DE MAIO

# ELEIÇÕES NO SPN DOIS DIAS DEPOIS DAS EUROPEIAS

**A votação presencial para os Corpos Gerentes do SPN vai realizar-se no dia 27 de maio – até lá (data de receção), já está a decorrer a votação por correspondência. Concorrem duas listas, cujos candidatos e programas divulgamos em separata desta edição.**

De acordo com os Estatutos e com o Regulamento de Funcionamento da Assembleia-Geral do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) foram convocadas eleições para a Direção, Direções Distritais, Mesa da Assembleia-Geral e Conselho Fiscal e de Jurisdição (triénio 2014-2017).

As listas de candidatos à Direção foram subscritas por, pelo menos, 200 associados em pleno gozo dos seus direitos, enquanto as candidaturas às Direções Distritais foram subscritas por, pelo menos, 75 associados do respetivo distrito.

As candidaturas foram validadas de acordo com o previsto na alínea a), do número 2, do artigo 41º dos Estatutos, uma vez que as duas listas se apresentaram igualmente à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e de Jurisdição e a todas as Direções Distritais.

Têm direito de voto todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos sindicais.



spn**informação**

**Diretora** Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

**Conselho de Redação** Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

**Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

**Design Gráfico** Ana Alvim · **Impressão** Multiponto, S.A.

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

# AINDA E SEMPRE ABRIL



**Manuela Mendonça**  
Coordenadora do SPN

[editorial]

A comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril assume uma importância acrescida num contexto social e político em que sucessivas medidas de austeridade têm vindo a aprofundar o fosso entre ricos e pobres, atingindo duramente a classe média e agravando brutalmente o desemprego, a precariedade, as desigualdades e a pobreza. Dados recentemente tornados públicos apontam para cerca de 2 milhões de portugueses em risco de pobreza (que passariam a 4,5 milhões se não existissem apoios sociais) e 120 mil crianças em situação de carência alimentar, para referir apenas dois dos muitos indicadores que vale a pena pôr em confronto com os valores e os ideais de Abril: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social, desenvolvimento, democracia.

Das conquistas de Abril, o direito à Educação e a valorização da Escola Pública foram das mais determinantes para o desenvolvimento do país. Se compararmos a situação do Portugal de há 40 anos com a situação atual, não restam dúvidas de que o país fez progressos assinaláveis em muitas áreas. E para isso muito contribuiu a democratização do acesso à Educação (da Educação Pré-escolar ao Ensino Superior).

O Sindicato dos Professores do Norte, como parte do movimento sindical que Abril tornou possível, orgulha-se do seu passado e do contributo dos docentes e investigadores portugueses para esse desenvolvimento, e não se resigna com as políticas regressivas impostas nos últimos anos, nomeadamente nas áreas da Educação e da Ciência, onde os cortes orçamentais ultrapassaram já o triplo do que o memorando da *troika* impunha. Apesar disso, o Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 (DEO) prevê um novo corte de 112 milhões de euros em 2015 nos ensinos básico e secundário.

Não cabendo a análise do DEO, registo o desdém com que os atuais governantes dizem uma coisa e o seu contrário e o embuste que a anunciada “reposição” de salários e pensões representa – nem a substituição de uma contribuição temporária por uma permanente (ainda que de menor valor) é menos penalizadora, nem a restituição progressiva dos cortes salariais nos

próximos 5 anos (que evidentemente este governo não está em condições de garantir) terá impacto, no quadro da tabela salarial única e do aumento de impostos.

Registo ainda, como questão da maior relevância, a brutal redução da massa salarial da Função Pública prevista no DEO para 2018 (de 10,7% para 8,2% do PIB) – uma redução sem paralelo na União Europeia, só equacionável num quadro de um corte brutal no número de efetivos da Administração Pública e de uma reconfiguração drástica do papel do Estado na economia e na sociedade.

É imperioso que os partidos do Governo falem claro e se deixem de eufemismos, “Estado mínimo” não é “Um Estado melhor” – designação da versão final do guião da reforma do Estado, que acaba de ser divulgada e onde reaparecem como prioridades do Governo, entre outras, a implementação do chamado cheque-ensino, o reforço da descentralização de competências do Ministério da Educação para os municípios ou a criação de “escolas independentes” – uma realidade que assume foros de escândalo em alguns países europeus, onde a gestão de um número crescente de estabelecimentos de ensino está a ser entregue a entidades privadas, com consequências dramáticas ao nível dos salários dos professores, das condições de trabalho nas escolas, dos resultados escolares dos alunos e até mesmo da profissionalidade docente – no Reino Unido deixou de ser necessário ter qualificação para a docência para se exercer a profissão!

É imperioso impedir que estas reformas se concretizem e discutir seriamente o seu impacto no modelo de desenvolvimento do país. Neste contexto, a defesa de um adequado investimento na Educação e de uma Escola Pública de qualidade para todos é uma das grandes prioridades da nossa ação sindical, que devemos também ter presente no próximo dia 25 de maio. Como afirma o Comité Sindical Europeu de Educação, as próximas eleições para o Parlamento Europeu constituem a melhor oportunidade democrática para dizer “não” às medidas de austeridade que destroem os direitos sociais e reverter o rumo que vem sendo seguido.

Uma última nota, sobre outro ato eleitoral. O SPN vai eleger, no dia 27 de Maio, os Corpos Gerentes para o triénio 2014/2017. À semelhança do que aconteceu nas três eleições anteriores, concorrem duas listas. Ficam dois apelos: que os sócios se envolvam empenhadamente neste processo e participem ativamente na votação, e que a campanha eleitoral promova um debate vivo e clarificador dos projetos em presença, para que o SPN saia reforçado como *a força e a vontade dos educadores e professores do Norte* – reforço tão mais importante quanto são difíceis os tempos que atravessamos. Porque, como lembrava o almirante Martins Guerreiro, “para trilhar os caminhos do futuro, não podemos permitir que fechem *as portas que Abril abriu*”.

## NOTA

Nas páginas centrais publicamos um destacável/desdobrável, com o poema “As portas que Abril abriu” ilustrado por Alberto Péssimo



## 1ºCEB: DEBATE CONTINUA NOS SINDICATOS E NAS ESCOLAS

Nos dias 28 e 29 de março, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) realizou em Lisboa a 4ª Conferência Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico, em que participaram cerca de 250 delegados eleitos em todo o país e vários convidados. Nas páginas seguintes, dá-se conta das intervenções dos delegados do Sindicato dos Professores do Norte – os textos foram editados pela SPN-INFORMAÇÃO. A conferência aprovou uma resolução global e um caderno reivindicativo, que podem ser acedidos nos complementos online desta edição

[em [www.spn.pt](http://www.spn.pt)]



Considero que o 1º Ciclo deve ser efetivamente repensado, sobretudo em função dos superiores interesses das crianças. Penso, por outro lado, que devemos “regressar” à Psicologia, à Pedagogia, à Sociologia e a outros saberes que nos permitam situar e atuar melhor no processo educativo. Compreendemos e assumimos a responsabilidade de promover o desenvolvimento pessoal e as aprendizagens dos alunos? Estamos disponíveis e preparados para lhes abrir horizontes e os alertar para um outro mundo possível? Entendemos a dimensão política da Escola e da profissão que abraçamos?

Numa perspetiva de mudança (efetiva), há questões fundamentais que não encontrei na resolução da conferência: duração e estrutura do 1º Ciclo, idade da primeira matrícula, carga horária, aprendizagens e avaliação, são algumas notas sobre outros aspetos.

**TURMAS E HORÁRIO.** Os números de alunos por turma normalmente apresentados como limite, deveriam ter como referência um “número médio”, deixando às escolas, no quadro da sua autonomia, a possibilidade de constituírem as turmas de acordo com as suas especificidades. Relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais, penso que está na altura de se fazer uma reflexão cuidada e sem preconceitos – o que nos diz a realidade sobre a integração desses alunos?

Sobre o tempo de intervalo, deve reiterar-se a importância desse tempo no horário letivo dos professores, para descanso após 1h30 ou mais de aula, para repensar estratégias, materiais e o desenvolvimento de atividades, para interagir com os colegas e até para satisfação de necessidades pessoais.

**CURRÍCULO E DOCÊNCIA.** Neste particular, a resolução apresentou-se deficitária, designadamente sobre a dimensão curricular e as aprendizagens. A questão das equipas educativas merece reflexão mais alargada, porque implica uma profunda alteração na organização e na dinâmica das escolas. Pessoalmente, e na ausência de um consenso conceptual, tenho dúvidas e inclino-me mais

para a *monodocência coadjuvada* – como se verifica em vários países: Espanha, França, Alemanha, Inglaterra e Finlândia...

Relativamente ao Inglês, deveremos exigir a sua obrigatoriedade para todos e a disponibilização dos recursos necessários para o efeito. Quanto aos exames no 4º ano, o problema maior não me parece a sua (in)validade, mas o facto de condicionarem o trabalho letivo à sua calendarização e tipologia.

Sobre as AEC, o texto é também pouco claro – a Fenprof deveria, sobretudo, reafirmar o que pensa e que modelo defende, se defende algum.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** Além das vertentes científica e socioeducativa (pouco clara) que a resolução preconiza para a formação inicial, é fundamental investir na vertente pedagógica/didática, que é o fulcro da atividade docente e o que distingue os professores como especialistas.

A formação contínua é um direito, mas também é um dever profissional e deve ocorrer preferencialmente em contexto de escola. Quando assim não for, e para não ficarmos bloqueados pela questão da gratuidade, uma solução razoável poderia passar pelo reembolso dos custos associados ou pela sua dedução integral em sede fiscal.

**DIREÇÃO E GESTÃO.** Retomar a gestão democrática, com uma efetiva participação dos professores do 1º Ciclo – o que também exige de nós uma dinâmica mais afirmativa... Por outro lado, deve ser exigido um orçamento próprio para o funcionamento das escolas, calculado por aluno e gerido diretamente pelas próprias escolas.

Concluindo, considero que a resolução peca por falta de enquadramento teórico e de uma visão de conjunto do que a Fenprof defende para o 1º Ciclo. Espero, no entanto, que funcione como ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada ao nível dos sindicatos, com os professores e outros especialistas.

**António Baldaia**  
EB do Bom Sucesso, Porto

## TER EM CONTA A REALIDADE DO SETOR

**1.** É comum ouvir-se que os professores do 1º Ciclo não se mobilizam para a defesa dos seus direitos, que não participam ativamente nas reuniões sindicais, que têm uma diminuta participação nas lutas docentes, etc.

Na preparação da conferência, no agrupamento onde trabalho, realizámos uma reunião ao abrigo da lei sindical e em hora propícia à participação de todos (14h). Apesar de em anteriores reuniões a participação ter sido reduzida, esta teve uma participação massiva – oito das 10 escolas do 1º Ciclo encerraram devido à participação de todos os professores – e a discussão prolongou-se por toda a tarde, ficando combinada nova reunião.

Creio que para aumentar a participação dos professores na atividade sindical é necessário ter mais em conta a realidade de trabalho do setor, as suas reivindicações e problemas concretos.

**2.** Quando refletimos sobre a escola do 1º Ciclo, identificamos problemas e avançamos com propostas; quando reivindicamos a diminuição do número de alunos por turma e o aumento dos apoios a crianças com NEE; quando questionamos a chamada gestão democrática das escolas e debatemos o regime de funcionamento mais adequado... Estamos a exercer uma vertente do *ser professor*.

Porém, esta conferência é promovida pela Fenprof, pelo que é imperioso fazer esta discussão sem perder a perspetiva profissional, sem abrandar na exigência de respeito pelos direitos dos professores, de valorização da função docente e de condições de trabalho com dignidade

**3.** É precipitado defender as equipas educativas, pois a proposta não está suficiente amadurecida. Propor e reivindicar o funcionamento em equipa educativa exige a clarificação da estrutura, processos e outras vertentes da sua execução, de forma a garantir os interesses dos alunos e acautelar as condições de trabalho e os direitos dos professores.

Relativamente à transferência de mais competências para as Comissões Locais de Educação – num momento em que assistimos a várias tentativas de municipalização da educação, com os aspetos negativos que comporta, e não se conhecendo com rigor o que serão as CLE –, devemos reivindicar o reforço de competências das escolas, na perspetiva da sua verdadeira e democrática autonomia.

**Filomena Tavares**

*EB do Sardão, Oliveira do Douro  
(V.N. Gaia)*



## APOIO PEDAGÓGICO EDUCATIVO

Um dos temas debatidos na reunião de docentes do 1º Ciclo que realizámos na Área Sindical de Amarante foi o apoio pedagógico educativo. A nossa reflexão levou-nos a formular algumas questões: como é que o APE chega aos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem? Que apoio efetivo terão esses alunos? Os Planos de Atividades de Acompanhamento Pedagógico Individualizado (PAAPI), sem efetiva aplicação de recursos neles identificados como necessários, para que servem? Inconsequente se tornará a elaboração dos PAAPI quando não se verifiquem condições para os aplicar nas diversas valências neles identificadas; e numa fase posterior se faça a sua avaliação. Ainda necessária, a existência de apoios noutras valências para ajudar os alunos a superar dificuldades noutras domínios que implicam com a aprendizagem, como por exemplo: serviços de psicologia; terapeutas de fala e/ou ocupacionais. Passando também pela melhoria dos edifícios e equipamentos. Também seria preciso criar, nos agrupamentos de escolas, uma bolsa de professores para prestarem APE e efetuarem substituições de pequena duração (até cinco dias).

Isto, de certa forma, ajuda a identificar o estado do país que temos; citando Ricardo Araújo Pereira, “o Governo diz que o País está melhor, o que é ótimo, embora as pessoas estejam piores, o que é péssimo” (Visão, 20.03.2014).

Sendo interventivos, queremos continuar a despertar consciências e refletir na procura permanente de caminhos de responsabilidade e de liberdade; na busca de um amanhã melhor para a educação e para o país.

**Carlos Rainho**

*EB Vila Nova, Vila Boa Quires  
(M. Canaveses)*

## A REALIDADE DAS ESCOLAS TEIP



Uma das características das escolas TEIP é o facto de, supostamente, terem turmas reduzidas. No entanto, as turmas integram vários anos de escolaridade, vários níveis, alunos com retenções e muitos com necessidades educativas especiais. Também supostamente, existem mais recursos: assessorias, apoio na sala de aula e apoio educativo, além da Educação Especial. Contudo, muitas vezes, estes recursos são requisitados para substituições de professores titulares de turma.

Nesta realidade, o professor tem trabalho redobrado: planifica e prepara várias aulas, efetiva-as e avalia-as em simultâneo. E há todo o trabalho burocrático, ainda mais burocrático para justificar ser território educativo de intervenção prioritária. Acresce a indisciplina (de alunos e encarregados de educação) e o facto de muitos professores estarem longe de casa e terem de percorrer quilómetros diariamente, gastarem centenas de euros para ir trabalhar e ainda terem de vigiar recreios e atividades de enriquecimento curricular. E no fim, verem os ordenados cortados, roubados...

É mentira que possamos adequar o nosso trabalho ao meio, às especificidades e necessidades do grupo. Porque, no final, os exames avaliam todos da mesma forma, colocando todos ao mesmo nível e comparando os alunos de todas as escolas (TEIP, públicas, privadas, etc.).

Não nos enganemos, os exames avaliam-nos a nós, professores! No fim há *rankings*, e quem são os bons professores? É por isso que muitos cedem e passam a ser meros treinadores de seres humanos, formatados para responder à matriz dos exames. E há escolas que temem muito os exames – tanto que fazem ensaios para anteverem os resultados dos alunos nos mesmos.

Os professores adoram a sua profissão. Mas também amam a família e o seu bem-estar. Por isso, começam a não ser capazes de lidar com uma realidade que os maltrata e lhes retira condições para que possam exercer a profissão com qualidade. Mas isto pode mudar: temos de lutar e mobilizar nas escolas para a luta! Está nas nossas mãos!

**Rita Mendes**

*EB Cerco do Porto, Porto*



## EQUIPAS PEDAGÓGICAS E/OU EDUCATIVAS

Com raízes no fim do ensino doméstico e no desenvolvimento do ensino público, organizado em classes/turmas, a monodocência foi o modelo encontrado para combater o analfabetismo generalizado. No seu processo de afirmação contou com fatores de vária ordem: psicológicos (desenvolvimento da criança); afetivos (existência de um adulto de referência); pedagógicos (do global para o particular); e organizacionais (virtualidades de um só gestor do currículo).

Para os críticos do modelo, a prevalência da monodocência conduziu o ensino-aprendizagem a um estado caótico, porque o currículo é pobre e mínimo e porque conduz à *guetização* disciplinar, ao isolamento físico e psicológico de professores e alunos e a uma falsa cultura de autonomia, baseada numa pseudo-autossuficiência e no *desenrascanço* profissional.

Para suprir esta crise, defendem, há que optar pela coadjuvação: só assim se conseguirá o cumprimento integral do programa, a reestruturação do modelo tradicional de escola, a resposta aos novos desafios sociais e tecnológicos e a promoção da qualificação profissional dos professores do 1ºCEB.

No entanto, torna-se necessário esclarecer algumas ambiguidades em torno do conceito de coadjuvação: o que são *equipas educativas* ou *pedagógicas*?, que nome dar às equipas que integram professores e outros técnicos de educação (psicólogos, assistentes

sociais, animadores comunitários, etc.)?, e às equipas de lecionação, formadas apenas por docentes?

Modelos de equipas há vários, podendo considerar-se quatro quadros de referência ou modelos de inteligibilidade:

- *par pedagógico*: um professor responsável e outro que coadjuva num espírito colaborativo, o que pressupõe trabalho conjunto;

- *área aberta*: diversos professores responsáveis por diversas turmas concertam as áreas a lecionar, numa postura de corresponsabilidade;

- *disciplinar*: um professor responsável por uma determinada área de saber;

- *pedagogia não-diretiva*: características de ensino individualizado, determinado pelos ritmos e interesses dos alunos, que estabelecem a sequencialização das áreas do saber (colide com a organização baseada em classes e disciplinas).

Por que modelo optar? Devem ser os professores a decidir, em contexto de escola – a Fenprof deve assumir a defesa de uma matriz e não de um modelo. Entretanto, porque já não vigora nenhum direito associado à monodocência e, no plano administrativo, nada diferencia o 1º Ciclo dos restantes, urge uniformizar critérios entre eles, designadamente em termos de carga horária dos professores e consequentes reduções.

**Maria José Costa**

EB Joaquim Nicolau de Almeida, V.N.Gaia,

(com Rogério Ribeiro

EB de Gueifães nº 2, Maia)



## 1º CICLO: QUE IDENTIDADE?

O professor do 1º Ciclo tem na sua identidade o privilégio de garantir as aprendizagens essenciais ao desenvolvimento integral de quem frequenta a Escola pela primeira vez. Defendo a monodocência, porque o grupo etário carece de uma figura de referência, e sustento que nenhuma criança deveria entrar para a escola sem ter 7 anos. Considero que o 1º Ciclo não carece da assimilação de modelos ultrapassados e que não se justifica a disciplinarização quando, nos outros níveis, os professores se esforçam por trabalhar em projetos interdisciplinares.

Cada turma é uma realidade. Feita a diagnose, o professor titular define com os seus colegas de departamento a *equipa pedagógica* necessária à sua turma:

- em primeira instância, será composta pelo titular de turma, que trabalhará todas as áreas, e por outros docentes do estabelecimento, podendo haver troca de professores em determinados pontos do programa;

- em segunda instância, poderá integrar outros professores do agrupamento ou de fora (mesmo de outro nível de ensino), mas sempre em tempo curricular e em articulação com o titular de turma, que faz a ligação a outros conteúdos de aprendizagem, dando continuidade ao projeto;

- em terceira instância, um conjunto de outros técnicos (psicólogo, assistente social, técnico de apoio psicossocial, enfermeiro, etc.) poderá estar presente em todo o processo ou apenas na retaguarda – esses profissionais poderão estar mais disponíveis, se contratados pelo agrupamento ou através de parcerias.

Quando falo em instâncias das equipas pedagógicas (ou níveis de necessidades) defendo que cada agrupamento defina o que é melhor: nem todos precisam de tudo. E sustento que os docentes do 1º Ciclo tomem decisões, não permitindo que outros o façam por si. Apoio ainda a autonomia relativa na organização do currículo e não separo as expressões artísticas do resto do trabalho do docente – esta integração é um marco na história dos professores do 1º Ciclo.

Ao defender tudo isto, tenho clara a necessidade absoluta das seguintes condições:

- O trabalho do professor do 1º Ciclo deve ser essencialmente de projeto e interdisciplinar e ter como conteúdos, sem prioridades, as expressões artísticas, a Língua Portuguesa, a Educação Física, a Matemática, as Ciências Naturais e todos os conteúdos que possam

surgir. Isto coaduna-se pouco com exames de 4º ano.

- Pode recorrer-se a outros professores para trabalharem projetos interdisciplinares com os alunos e para, eventualmente, explorarem mais aprofundadamente assuntos que conheçam melhor.

- O trabalho deve ser ponderado semanalmente, em equipa, com tempos de reunião determinados no horário para aconselhamento mútuo, partilha de trabalhos e organização da troca de docentes para diferentes atividades, sempre que preciso. O facto de todo o trabalho se realizar em equipa não implica que não haja um titular/tutor de turma.

- As atuais AEC têm que fazer parte do currículo. Estas disciplinas devem ser lecionadas durante as horas letivas dos alunos – uma coisa são horas de trabalho do professor, outra coisa horas de trabalho dos alunos e outra horas de lazer.

- A organização (e não execução) de atividades de tempos livres para os alunos – carência social a que é preciso dar resposta – por equipas de docentes do 1º Ciclo exige superintendência de quem é realmente competente em termos pedagógicos, sem sobrecarregar os horários dos professores – haja o discernimento de que as crianças precisam de brincar (e não de duplicar trabalho académico) em busca da sua personalidade e da sua liberdade.

- A vinculação dos docentes às equipas das escolas, à diversidade dos alunos e aos meios com que se envolvem só é possível com estabilidade profissional.

- A plena integração das escolas do 1º Ciclo nas freguesias e nos concelhos, aproveitando os espaços e os eventos com que possam interagir: ginásios, piscinas, auditórios, festas, arraiais, cinema, teatro, desporto e outras.

- A garantia, pela Administração central, de todas as carências prementes das escolas que as autarquias não puderem suportar, respeitando as vontades locais e encontrando soluções específicas adequadas.

**Rafael Tormenta**

*Agrupamento de Escolas Gaia Nascente,  
V.N.Gaia*



# CONCURSOS: QUATRO PROCESSOS IMPROPRIAMENTE CHAMADOS 'NEGOCIAIS' OU DE COMO, PARA O MEC, NEGOCIAR É IMPOR



Entre 25 de Fevereiro e 28 de Abril, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) esteve no Ministério da Educação e Ciência (MEC) para um conjunto de reuniões no âmbito de quatro processos que tiveram em comum dois aspectos fundamentais: todos se relacionaram com concursos de pessoal docente, ainda que com âmbitos de pessoal e de aplicação muito diversos, e todos eles apenas poderem ser chamados 'negociais' por força de uma obrigação legalmente estabelecida e do hábito linguístico que a mesma implica – mas, em todos estes casos, uma designação imprópria e desadequada, já que, implicando o acto de negociar a disponibilidade de ambas as partes para a procura de soluções de compromisso e para algum tipo de cedência relativamente às suas posições iniciais, sem pôr em causa os principais objectivos que as caracterizam, a verdade é que nunca o MEC mostrou, ainda que minimamente, essa disponibilidade.

Com efeito, não foi essa, de modo algum, a postura do MEC nos processos em que estiveram em discussão – perdoem-me a imprecisão e o exagero... – o diploma que visa regular a realização, ainda em 2014, de (mais) um concurso externo extraordinário [entretanto objecto de publicação: Decreto-Lei nº 60/2014, de 22 de Abril], as alterações a introduzir ao decreto-lei 132/2012, que regula genericamente os concursos de pessoal docente e que, aguardando publicação, foi já aprovado em Conselho de Ministros, nem com os diplomas que regularão outros dois concursos externos, respectivamente, para os docentes das disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística, das escolas de Ensino Artístico Soares dos Reis (Porto) e António Arroio (Lisboa) e para os grupos e subgrupos do Ensino Artístico

Especializado da Música e da Dança dos estabelecimentos de ensino públicos (conservatórios), estes últimos abordados conjuntamente.

**Concurso externo extraordinário.** Apesar de muitas das propostas concretas de articulado apresentadas pela Fenprof terem sido acolhidas, o simples facto de se tratar de um concurso apenas externo e pontual faz com que o mesmo não só não responda ao problema da vinculação de professores contratados, como é injusto para com os docentes dos quadros, que vêem ser criadas vagas de quadro a que estão impossibilitados de concorrer – algo que, inclusivamente, viola a Lei 12-A/2008, no que respeita ao acesso a emprego público!

Por estas razões, o Sindicato dos Professores do Norte/Fenprof reafirmou princípios já antes defendidos [ver complementos online desta edição, em [www.spn.pt](http://www.spn.pt)] e, não estando garantida a anualidade dos concursos em todas as suas vertentes, entendeu sempre que, em vez de um concurso externo extraordinário, o MEC deveria abrir um concurso intercalar, mas simultaneamente interno e externo.

Através desse concurso, poderia o MEC garantir a vinculação do mesmo número de docentes que pretende integrar por via do concurso externo extraordinário proposto, desde que garantisse a abertura de um número de vagas suficiente para tal, e permitiria igualmente a movimentação de docentes dos quadros, tantas vezes colocados a enorme distância das suas residências. Um concurso que deveria ser precedido de um processo de revisão do DL 132/2012, com vista, designadamente, a incorporar os princípios acima referidos. No entanto, o MEC não abandonou nunca a sua intenção de apenas efectuar um concurso interno em 2015, e não já este ano.

De tudo o que Abril abriu  
ainda pouco se disse  
um menino que sorriu  
uma porta que se abriu  
um fruto que se expandiu  
um pão que se repartisse  
um capitão que seguiu  
o que a história lhe predisse  
e entre vinhas sobreidos  
vales socaicos searas  
serras atalhos veredas  
lezírias e praias claras  
um povo que levantava  
sobre um rio de pobreza  
a bandeira em que ondulava  
a sua própria grandezal

De tudo o que Abril abriu  
ainda pouco se disse  
e só nos faltava agora  
que este Abril não se cumprisse.  
Só nos faltava que os cães  
viesses, ferrar o dente  
na carne dos capitães  
que se arriscaram na frente.

Na frente de todos nós  
povo soberano e total  
que ao mesmo tempo é a voz  
e o braço de Portugal.

Ouvi banqueiros fascistas  
agiotas do lazer  
latifundiários machistas  
balofos verbos de encher  
e outras coisas em istas  
que não cabe dizer aqui  
que aos capitães progressistas  
o povo deu o poder!  
E se esse poder um dia  
o quiser roubar alguém  
não fica na burguesia  
volta à barriga da mãe!  
Volta à barriga da terra  
que em boa hora o pariu  
agora ninguém mais cerra  
as portas que Abril abriu!

José Carlos Ary dos Santos



poema de José Carlos Ary dos Santos  
ilustrações originais de Alberto Pêssimo

8



*Era uma vez um país  
onde entre o mar e a guerra  
vivia o mais infeliz  
dos povos à beira-terra.*

*Onde entre vinhas sobrados  
vales socalecos searas  
serras atalhos veredas  
lezírias e praias claras  
um povo se debruçava  
como um vime de tristezza  
sobre um rio onde mirava  
a sua própria pobreza.*

*Era uma vez um país  
onde o pão era contado  
onde quem tinha a raiz  
tinha o fruto arrecadado  
onde quem tinha o dinheiro  
tinha o operário alijado  
onde sauda o ceifeiro  
que dormia com o gado  
onde fossa o mineiro  
em Aljustrel ajustado  
onde morria primreiro  
quem nascia desgraçado.*

*Era uma vez um país  
de tal maneira explorado  
pelos consócios fabris  
pelo mando acumulado  
pelas ideias nazis  
pelo dinheiro estragado  
pelo dobrar da cerviz  
pelo trabalho amarrado  
que até hoje já se diz  
que nos tempos do passado  
se chamava esse país  
Portugal suicidado.*

*Ali nas vinhas sobrados  
vales socalecos searas  
serras atalhos veredas  
lezírias e praias claras  
vivia um povo tão pobre  
que partia para a guerra  
para encher quem estava pobre  
de comer a sua terra.*

*Um povo que era levado  
para Angola nos porões  
um povo que era tratado  
como a arma dos patrões  
um povo que era obrigado  
a matar por suas mãos  
sem saber que um bom soldado  
nunca fere os seus irmãos.*

## 2

*Mesmo que seja com frio  
é preciso é aquecer  
pensar que somos um rio  
que vai dar onde quiser  
pensar que somos um mar  
que nunca mais tem fronteiras  
e habemos de navegar  
de multíssimas maneiras.*

*No Minho com pés de linho  
no Alentejo com pão  
no Ribatejo com vinho  
na Beira com requeijão  
e trocando agora as voltas  
ao vira da produção  
no Alentejo bolotas  
no Algarve maçapão  
vindimms no Alto Douro  
tomates em Azeitão  
azeite da cor do ouro  
que é verde ao pé do Fundão  
e fica amarelo puro  
nos campos do Bateirão.  
Quando a terra for do povo  
o povo deita-lhe a mão!*

*É isto a reforma agrária  
em sua própria expressão:  
a maneira mais primária  
de que nós temos um quintão  
da semente proletária  
da nossa revolução.*

*Quem a fez era soldado  
homem novo capitão  
mas também tinha a seu lado  
muitos homens na prisão.*

## 2



*Pinto e Henrique  
de 1913-1914*

*Pinto e Henrique  
de 1913-1914*



E aqui ficaram de pé  
capitães de pedra e cal  
os homens que na Guiné  
aprenderam Portugal.

Os tais homens que sentiram  
que um animal racional  
opõe àqueles que o fíram  
consciência nacional.

Os tais homens que souberam  
fazer a revolução  
porque na guerra entenderam  
o que era a libertação.

Os que viram claramente  
e com os cinco sentidos  
morrer tanta tanta gente  
que todos ficaram vivos.

Os tais homens feitos de aço  
temperado com a tristeza  
que envolveram num abraço  
toda a história portuguesa.

Essa história tão bonita  
e depois tão maltratada  
por quem herdou a desdita  
da história colonizada.

Dai ao povo o que é do povo  
pois o mar não tem patrões.  
- Não havia estado novo  
nos poemas de Camões!

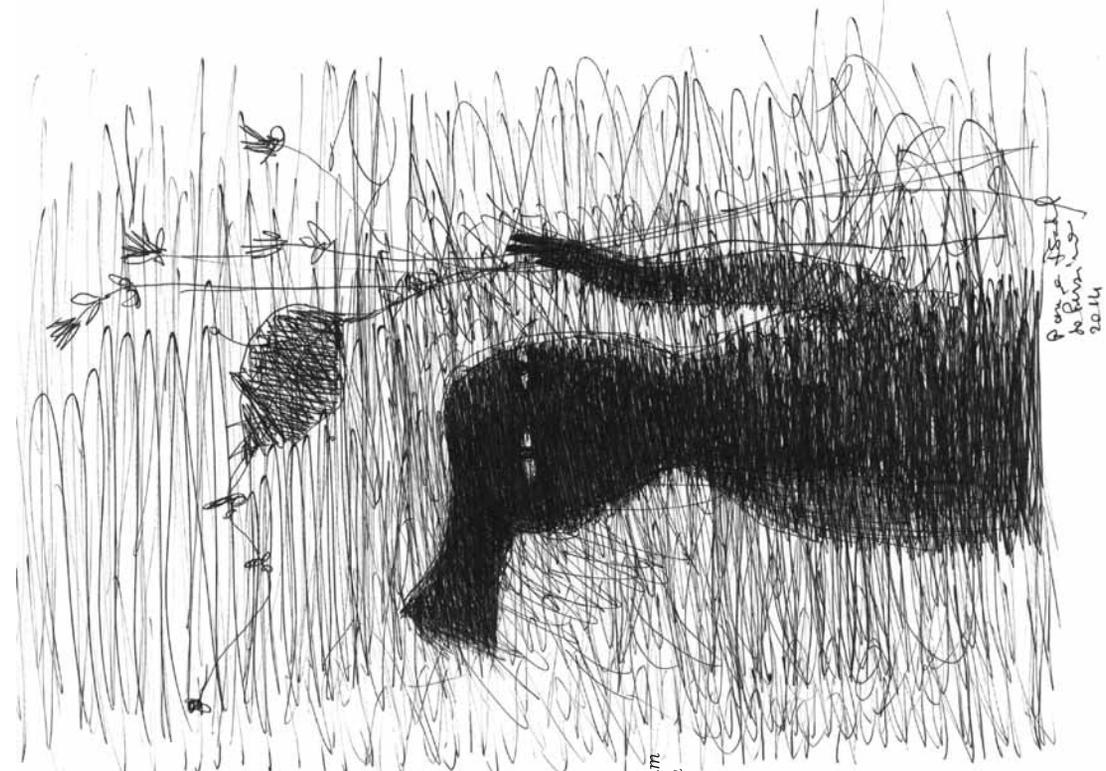
Havia sim a lonjura  
e uma vela desfalçada  
para levar a temura  
à distância imaginada.

Foi este lado da história  
que os capitães descobriram,  
que ficará na memória  
das naus que de Abril partiram  
das naus que transportaram  
o nosso abraço profundo  
aos povos que agora deram  
novos países ao mundo.

Por saberem como é  
ficaram de pedra e cal  
capitães que na Guiné  
descobriram Portugal.

E em sua pátria fizeram  
o que deviam fazer:  
ao seu povo devolveram  
o que o povo tinha a haver:  
Bancos seguros, petróleos  
que ficarão a render  
ao invés dos monopólios  
para o trabalho crescer.  
Guindastes portos navios  
e outras coisas para erguer  
antenas centrais e fios  
dum país que vai nascer.

# 6



Ora passou-se porém  
que dentro de um povo escravo  
alguém que lhe queria bem  
um dia plantou um cravo.  
Era a semente da esperança  
feita de força e vontade  
era ainda uma criança  
mas já era a liberdade.

Era já uma promessa  
era a força da razão  
do coração à cabeça.  
Quem o fez era soldado  
homem novo capitão  
mas também tinha a seu lado  
muitos homens na prisão.

Esses que tinham lutado  
a defender um irmão  
esses que tinham passado  
o horror da solidão  
esses que tinham jurado  
sobre uma côdea de pão  
ver o povo libertado  
do terror da opressão.

Não tinham armas é certo  
mas tinham toda a razão  
quando um homem morre perto  
tem de haver distânciação  
uma pistola guardada  
nas dobras da sua opção  
uma bala disparada  
contra a sua própria mão  
e uma força perseguida  
que na escolha do mais forte  
faz com que a força da vida  
seja maior do que a morte.

Quem o fez era soldado  
homem novo capitão  
mas também tinha a seu lado  
muitos homens na prisão.

Posta a semente do cravo  
começou a floração  
do capitão ao soldado  
do soldado ao capitão.

Foi então que o povo armado  
percebeu qual a razão  
porque o povo despojado  
lhe punha as armas na mão.

Pois também ele humilhado  
em sua própria grandeza  
era soldado forçado  
contra a pátria portuguesa.

Era preso e exilado  
e no seu próprio país  
muitas vezes estrangulado  
pelos generais estranhos.

Capitão que não comandava  
não pode ficar calado  
é o povo que lhe manda  
ser capitão revoltado  
é o povo que lhe diz  
- pode nascer um país  
do ventre duma chaimite.

Porque a força bem empregue  
contra a posição contrária  
nunca oprime nem persegue  
- é força revolucionária!

Foi então que Abril abriu  
as portas da claridade  
e a nossa gente inuadida  
a sua própria cidade.

Disse a primeira palavra  
na madrugada serena  
um poeta que cantava  
o povo é quem mais ordena.

E então por vinhas sobre os  
vales socacos searas  
serras atalhos veredas  
lezitras e praias claras  
desceram homens sem medo  
marujos soldados «páras»  
que não queriam o degraço  
dum povo que se separa.

E chegaram à cidade  
onde os monstros se acovavam  
era a hora da verdade  
para as hienas que mandavam  
a hora da claridade  
para os sóis que despontavam  
e a hora da vontade  
para os homens que lutavam.

Em idas vindas esperas  
encontros esquinas e praças  
não se pouparam as feras  
arrancaram-se as mordanças  
e o povo saiu à rua  
com sete pedras na mão  
e uma pedra de lua  
no lugar do coração.

Dizia soldado amigo  
meu camarada e irmão  
este povo está contigo  
nascemos do mesmo chão  
trazemos a mesma chama  
temos a mesma razão  
dormimos na mesma cama  
comendo do mesmo pão.

Camarada e meu amigo  
soldadinho ou capitão  
este povo está contigo  
a malta dá-te razão.

Foi esta força sem tiros  
de antes quebrar que torcer  
esta ausência de suspiros  
esta fúria de viver  
este mar de vozes livres  
sempre a crescer a crescer  
que das espingardas fez livros  
para aprendermos a ler  
que dos canhões fez enxadas  
para lavrarmos a terra  
e das balas disparadas  
apenas o fim da guerra.

Foi esta força viril  
de antes quebrar que torcer  
que em vinte e cinco de Abril  
fez Portugal renascer.

E em Lisboa capital  
dos novos mestres de Aviz  
o povo de Portugal  
deu o poder a quem quis.

Mesmo que tenha passado  
às vezes por mãos estranhas  
o poder que ali foi dado  
saiu das nossas entranhas.  
Saiu das vinhas sobre os  
vales socacos searas  
serras atalhos veredas  
lezitras e praias claras  
onde um povo se curvou  
como um vime de tristeza  
sobre um rio onde mirava  
a sua própria pobreza.

E se esse poder um dia  
o quiser roubar alguém  
não fica na burguesia  
volta à barriga da mãe.  
Volta à barriga da terra  
que em boa hora o pariu  
agora ninguém mais cerra  
as portas que Abril abriu.

Essas portas que em Caxias  
se escancararam de vez  
essas janelas vazias  
que se encheram outra vez  
e essas celas tão frias  
tão cheias de sordidez  
que espertavam como espias  
todo o povo português.

Agora que já floriu  
a esperança na nossa terra  
as portas que Abril abriu  
nunca mais ninguém as cerra.



Contra tudo o que era velho levantado como um punho em Maio surgiu vermelho o cravo do mês de Junho.

Quando o povo desfilou nas ruas em procissão de novo se processou a própria revolução.

Mas eram olhos as bolas abraços punhais e lanças enfiadas nas almas dos soldados e crianças.

E o grito que foi ouvido tantas vezes repetido dizia que o povo unido jamais seria vencido.

Contra tudo o que era velho levantado como um punho em Maio surgiu vermelho o cravo do mês de Junho.

E então operários mineiros pescadores e ganhões marçanos e carpinteiros empregados dos balcoões mulheres a dias pedreiros reformados sem pensões dactilógrafos carteiros e outras muitas profissões subberam que o seu dinheiro era presa dos patrões.

A seu lado também estavam jornalistas que escreviam actores que se desdobravam cientistas que aprendiam poetas que estrebuchavam cantores que não se vendiam mas enquanto estes lutavam é certo que não sentiam a fome que os operários os crintos dos que ouviam.

Porém cantar é ternura escrever constrói liberdade e não há coisa mais pura do que dizer a verdade.

E uns e outros imantados na mesma luta de ideais ambos sectores explorados ficaram partes iguais.

## 4

Então não descansavam entre pragas e perjurios agulhas que se espetavam silêncios boatos murmurios rístihos que se calavam palcos contra fugitivos fortunas que levantavam promessas de maus augúrios os que em vida se enterravam por serem falsos e espúrios maiorais da minoria que diziam silenciosa e que em silêncio fazia a coisa mais horrrosa: minhar como um sinopsimo e com ordenadas régios o albor do socialismo e o fim dos privilégios.

Foi então se bem vos lembro que sucedeu a vitadina quando pisámos Setembro a verdade veio acima.

E foi um mostio tão forte que sabia tanto a Abril que nem o medo da morte nos fez voltar ao realil.

Ali ficámos de pé juntos soldados e povo para mostrarmos como é que se faz um país novo.

Ali dissermos não passal E a reacção não passou. Quem já viveu a desgraça odeia a quem desgraçou.

Foi a forra do Outono mais forte que a Primavera que trouxe os homens sem dono de que o povo estava à espera.

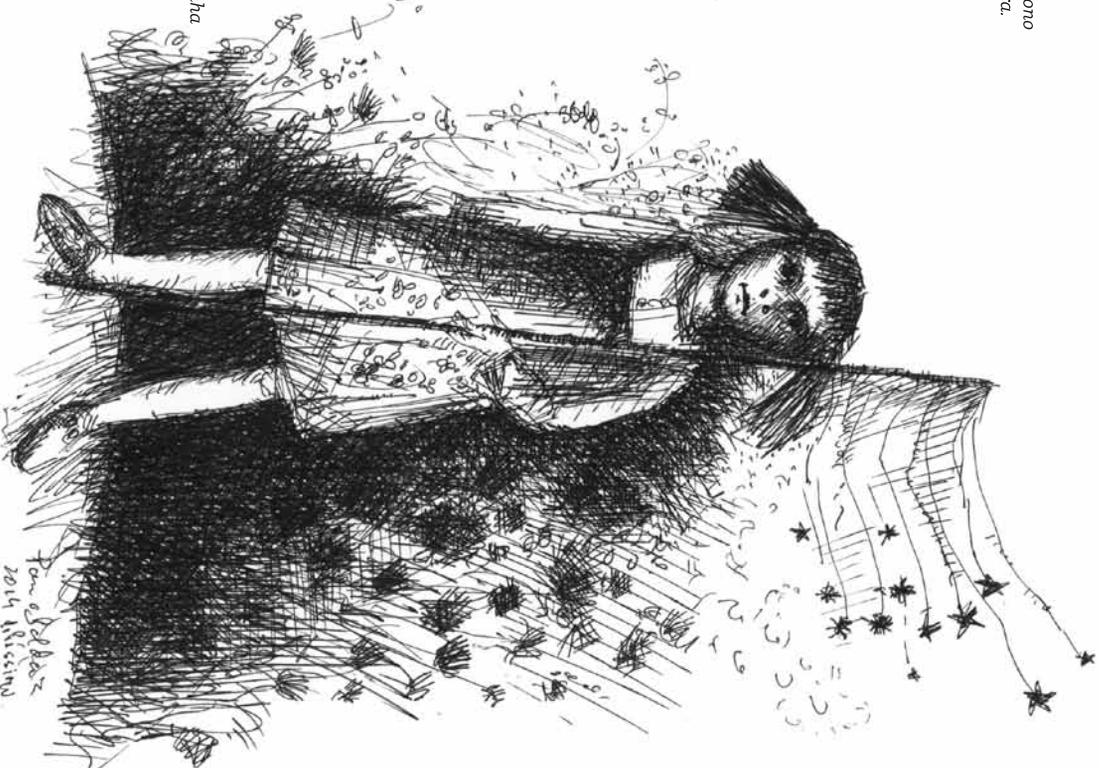
Foi a forra dos mineiros pescadores e ganhões operários e carpinteiros empregados dos balcoões mulheres a dias pedreiros reformados sem pensões dactilógrafos carteiros e outras muitas profissões que deu o poder cimeiro a quem não queria patrões.

Desde esse dia em que todos nós repartimos o pão é que acabaram os bodos — cumprir-se a revolução.

Porém em quintas vitendas palácios e palacetes os generais com prebendas caciques e caceteles os que montavam cavalos para caçarem veados os que davam dois estalos na cara dos empregados os que tinham bons amigos no consórcio dos sabões e cocuam os umbigos como quem coça os galões os generais subaltermos que aceitavam os patrões os generais inimigos os generais garantíões teciam teias de aranha e eram mais camaleões que a lomboiga que se amanha com os próprios cacalhões. Com generais desta aparha já não há revoluções.

Por isso o onze de Março foi um baile de Tartufos uma alternância de terços entre rícaços e bufs. E tivemos de pagar com o sangue de um soldado o preço de já não estar Portugal suicidado. Fugiram como cobardes e para terras de Espanha os que faziam alardes dos combates em campanha.

## 5



## CONCURSOS: QUATRO PROCESSOS IMPROPRIAMENTE CHAMADOS 'NEGOCIAIS' OU DE COMO, PARA O MEC, NEGOCIAR É IMPOR

(continuação)



### Alteração ao DL 132/2012.

A inflexibilidade e a teimosia do MEC perante a argumentação e as propostas da Fenprof foi ainda mais manifesta, não só porque não incorporaram nenhuma que fosse além da mera correcção formal do texto do MEC, mas porque nem se dignaram, sequer, perder tempo a contra-argumentar, optando por pura e simplesmente ignorar a grande maioria das propostas. Mas ainda foram muito além disso... Tendo em conta a ausência completa de cedências por parte do MEC, foi requerida a negociação suplementar pela Fenprof e também por FNE, ASPL e SIPE, organizações que a Fenprof contactou, como fez já várias vezes no passado, no sentido de procurar a construção de posições conjuntas e assim tentar aumentar a força e a representação da classe.

Nada surpreendentemente, esse contacto teve resposta negativa da FNE, mas ASPL e SIPE responderam afirmativamente, tendo as três organizações (ASPL, SIPE, Fenprof) construído uma posição conjunta, que assim pretenderam apresentar ao MEC, requerendo a realização de reunião conjunta e com mais tempo do que o inicialmente previsto (apenas uma hora). O MEC não aceitou a realização conjunta da reunião, impondo, pois, a realização de três reuniões separadas.

Esta nova manifestação de inflexibilidade e autoritarismo levou a que as três organizações tenham decidido incorporar nas suas delegações elementos das outras duas, por considerarem que os mesmos, pelo seu conhecimento específico das matérias e por terem trabalhado conjuntamente na construção de contrapropostas, contribuiriam para um



debate mais informado e mais profícuo. A reacção do MEC foi de, nas três reuniões, considerar que tinha o direito de definir a composição das delegações sindicais, solicitando a "reconfiguração" das mesmas – ingerência inaceitável na autonomia das organizações sindicais e que foi, evidentemente, recusada.

Criado este impasse, o MEC acabou por não permitir, nos três casos, que as respectivas organizações apresentassem as suas contrapropostas, culminando com a absurda decisão de dar por terminadas as reuniões de negociação suplementar, sem de facto ter permitido que as mesmas se iniciassem, já que nenhuma das contrapropostas sindicais chegou a ser exposta! Um comportamento que levou as três organizações a apresentarem queixa conjunta contra o MEC na Procuradoria-Geral da República, na Provedoria de Justiça e junto do Tribunal Constitucional, entre outras acções.

**Ensino Artístico.** Finalmente, na abordagem dos dois diplomas para as escolas artísticas, foi também patente o simulacro de negociação montado pela equipa do MEC.

Partindo das informações que os professores e os directores das escolas lhe haviam fornecido, a Fenprof apresentou previamente propostas que, aceitando os pontos de partida do MEC, os ajustava de modo a que fossem corrigidas gritantes situações de injustiça relativa que a proposta ministerial provoca. No entanto, indiferente aos argumentos e às evidências, o MEC optou mais uma vez por manter inalteráveis as suas propostas iniciais, designadamente quanto aos requisitos para candidatura.

**GraMECtica.** Fica patente, infelizmente, que os processos a que o MEC chama negociais apenas servem para acolher as propostas de alteração de carácter técnico resultantes da leitura atenta que os sindicatos naturalmente fazem das propostas recebidas.

A verdade nua e crua é que esta redefinição do significado de negociar não pode constituir uma grande surpresa, vinda de um Governo que já redefiniu, como todos sabem, o sentido de irrevogável e de transitório, por exemplo...

**José Manuel Costa**

*Direção SPN*

# REVISITAR ABRIL 40 ANOS DEPOIS

Revisitar o 25 de Abril de 1974 também pode ser uma forma de equacionar o futuro.



Atravessamos uma fase em que os 40 anos de Abril – enquanto número redondo e, como tal, comemorável – serviram para tudo: ocupação de largos espaços da comunicação social; audições várias dos que estiveram por dentro e por fora (às vezes do lado oposto); reminiscências diversas dos factos vividos, sonhados ou simplesmente deturpados; desavenças institucionais, com o principal foco na Assembleia da República e na sua impetuosa presidente; sérios convites a vários dos seus protagonistas diretos para testemunharem ao vivo as suas motivações e implicações... Enfim, toda uma gama de realizações que permite dizer que os 40 anos de Abril não passaram ao lado da vida dos portugueses, mergulhados na profundidade de uma crise à época impensável. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN), naturalmente, não podia ficar indiferente perante estas comemorações e equacionou vários cenários que traduzissem o seu envolvimento sincero e comprometido com os ideais de Abril. E já que falamos em sinceridade, decidimo-nos por uma iniciativa, singela e simples, mas também elucidativa da forma como olhamos para esse passado: conciliar uma homenagem merecida aos capitães de Abril, àqueles que ousaram enfrentar a besta fascista, com o enaltecimento, cada vez mais necessário nos dias de chumbo que atravessamos, do salto educativo que se deu no país por força daquela madrugada libertadora – assim mesmo, considerando a Educação como uma das grandes conquistas de Abril.

Esta importância ficou bem demonstrada pela eloquência da informação apresentada num curto vídeo-documentário realizado pelo nosso dirigente Rogério Ribeiro.

A parte principal do colóquio-debate foi da responsabilidade do almirante Martins Guerreiro, figura importante do MFA, que integrou a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães desde o seu início, sendo um protagonista de primeira linha da ação dos corajosos militares que ousaram realizar o golpe militar que o povo rapidamente transformou em revolução e que mudou radicalmente a sociedade portuguesa (intervenção nas páginas seguintes).

Nos plúmbeos dias que vivemos, os políticos que ocupam o poder afanam-se num cada vez mais evidente acerto de contas com os ideais de Abril, usando a crise económica como pretexto, desbaratando todas as conquistas sociais conseguidas, pelo que o nosso futuro coletivo só pode passar pelo rechaço total da linha política que afunda de novo o país.

Que Abril nos abra outra vez os horizontes de progresso, justiça e bem-estar social que merecemos!

**Abel Macedo**

*Direção SPN*

# A GUERRA PASSADA, PRESENTE E FUTURA

**Impulsionados por valores éticos e morais, por uma questão de dignidade das Forças Armadas e do país, organizámos o movimento militar que levou ao 25 de Abril de 1974. A adesão do Povo português foi a demonstração clara de que estávamos certos, que os valores da liberdade, paz e dignidade eram igualmente valorizados e sentidos pela generalidade dos portugueses e portuguesas.**

Os valores que inspiraram o 25 de Abril e as expressões que adquiriu tiveram repercussão mundial. Portugal contribuiu de novo para a História dos povos e dos regimes políticos e reocupou o seu lugar no concerto mundial. Quebrámos os laços e as cadeias de um regime opressor que reduzia os portugueses a um estatuto de menoridade cívica, que cerceava a liberdade intelectual, política, social e cultural, que nos colocava numa posição humilhante no nosso país e nos países para onde emigrávamos à procura de uma vida decente. Recuperámos a dignidade do país e dos cidadãos e devolvemos-lhes a capacidade de escolha e decisão, iniciámos o caminho de consolidação da democracia, da paz e do desenvolvimento; fizemos progressos sensíveis em termos económicos, sociais e culturais.

Ainda que com atraso, edificámos um Estado republicano e social. Porém, a sociedade portuguesa não conseguiu ao longo destes últimos anos gerar um escol dirigente à altura dos valores de Abril.

Hoje, mais uma vez, a classe dirigente, a classe política e financeira não são aptas nem idóneas para dirigir e orientar os cidadãos perante as dificuldades e obstáculos que têm pela frente, para abrir caminhos que honrem o passado e sejam mobilizadores, que saibam congregar vontades, que despertem energias, capacidades e criatividade, que levem os portugueses a sentirem gosto e orgulho de ser portugueses.

Hoje, de novo, há portugueses que sentem vergonha dos seus dirigentes. A falta de credibilidade expressa-se todos os dias nos seus actos e comportamentos. Não assumem responsabilidades pelos erros e falhas, não sentem ou não sabem o que é serviço público nem a dignidade do país. Colocam-se e colocam-nos em posições humilhantes e ridículas, são subservientes perante o estrangeiro. A falta de grandeza, inteligência e sensibilidade que revelaram na abordagem às comemorações do 25 de Abril demonstra que não representam nem prosseguem os seus valores. Mais uma vez, perante a inépcia da classe política dirigente, o Povo é chamado a ocupar o seu lugar na História e a afirmar-se como único soberano, último reduto da defesa do país, da sua liberdade e da sua dignidade.

Fizemos uma guerra colonial, milhões de portugueses pagaram um preço elevadíssimo e centenas de milhares sofreram e sofrem os seus efeitos directos e indirectos. Outras centenas de milhares emigraram, à procura de condições de vida que a Pátria madrasta lhes negava.

Hoje, passados 40 anos sobre o 25 de Abril, o poder impõe o desemprego a mais de um milhão de portugueses, estimula a emigração em massa, desmantela o Estado, facilita a captura das instituições e da democracia. A dor provocada pela emigração

>>>



e o desespero dos desempregados vê-se todos os dias nos que partem e nos que já não têm qualquer esperança de encontrar trabalho. Esta situação é intolerável e indigna.

Hoje, a guerra não é conduzida a pretexto de territórios ultramarinos. Hoje, as razões económicas não se exprimem por uma ideologia nacionalista e saudosista do império; exprimem-se por um primarismo neoliberal, mascarado de empreendedorismo, e por uma competitividade e pseudo-superioridade da iniciativa privada, em detrimento do bem comum, do serviço público e da dedicação à comunidade. Hoje o instrumento de guerra e de domínio é a dívida pública. A generalidade dos portugueses está a sofrer e a pagar os efeitos desta guerra iniciada em 2008 e provocada pelo capital internacional especulativo, que encontrou em Portugal dirigentes políticos e financeiros disponíveis para o servirem. Estão a impor aos portugueses um preço elevadíssimo e o pagamento de uma dívida pela qual não são, em grande parte, responsáveis. Parte da dívida tem origem em fenómenos de corrupção e de compra de favores. Não usufruímos nem beneficiámos de muitos desses créditos que agora nos estão a fazer pagar por diversas vias: privatizações de bens públicos, baixos salários, redução de pensões e serviços sociais, desemprego em valores inaceitáveis. Paralelamente, crescem a evasão, a evitação e a fraude fiscais de quem tem influência política e económica, cresce a economia virtual do sistema financeiro ilegal, dos off shores, dos bancos virtuais, das empresas fantasma. Instrumento de domínio, a dívida

continua a crescer e a esmagar a classe média, que na primeira linha sofre os efeitos do ataque inimigo, sem ainda ter identificado claramente quem ele é e quem são os seus agentes. A dívida está a ser usada como instrumento de captura da sociedade e da democracia e como dispositivo de concentração de rendimentos e de riqueza. As desigualdades sociais estão em crescimento acelerado. O sistema financeiro produz o crédito e a dívida como mecanismos de apropriação de mais-valias geradas no sistema produtivo. O capital privilegia a especulação e o curto prazo; vivemos no capitalismo trimestral.

Interessa conhecer a natureza do sistema financeiro e dos mecanismos que utiliza; um sistema com dupla natureza: legal e ilegal. Tem um pé dentro do Estado de Direito (bancos legais, relações contratuais com o sistema produtivo e os cidadãos) e outro pé fora, tão significativo como o primeiro: bancos virtuais (ou sombra), off shores, sistemas de lavagem de dinheiro, mecanismos de ocultação e corrupção, tráficos ilegais, fraude e evasão fiscais.

O poder financeiro está fora do sistema democrático, escapando ao controlo dos cidadãos. Criou mecanismos de domínio e corrupção do poder político e dos seus agentes e capturou parcialmente a Democracia e a Sociedade – a dívida é um dos seus melhores instrumentos de acção e domínio.



As responsabilidades e os custos da dívida são passados na totalidade para os devedores, como se os credores não fossem os principais responsáveis e interessados no endividamento dos cidadãos, das empresas e dos Estados.

Esta guerra contra os povos e pela apropriação das mais-valias dos sistemas produtivos está a ser conduzida com armas muito desiguais, em absoluto desrespeito pelos direitos humanos e dos povos. Além de económica, é uma guerra ideológica e psicológica através da linguagem e da subjetividade, no sentido de anestesiar os cidadãos e impedir que os funcionários e servidores do Estado contestem, combatam e impugnem decisões de governantes e outros servidores do sistema, no sentido de desarmar uma resistência devidamente organizada.

A luta está a agudizar-se. É tempo de organização e de resistência, de tomada de consciência e de acumulação de forças para o combate que será longo, cruel e feroz.

A insensibilidade, a falta de vergonha e o descaramento dos agentes políticos do capital especulativo ultrapassam todos os limites da decência e o mínimo de consideração pelos outros. A crise criada por eles é a oportunidade de reciclarem os danos e perdas que provocaram. Estão a desarticular e a desestruturar o aparelho de Estado para melhor conduzirem a sua política de domínio e estenderem os me-

canismos de controlo, transferência e apropriação de bens e conhecimentos da área pública. Comportam-se como inimigos do bem comum; a coberto do primarismo neoliberal, estão a desarmar e a desvalorizar o serviço público.

O actual poder político não serve a generalidade dos cidadãos, serve outros interesses pelos quais foi capturado ou dos quais é expressão. Para trilhar os caminhos do futuro, não podemos permitir que fechem “as portas que Abril abriu”.

Como reagir hoje perante a situação gerada pelos sucessivos governos e pelo programa da troika? Como reagir perante os entusiastas servidores desse programa sem qualquer legitimação democrática? Temos dúvidas da legitimidade, se não mesmo ilegalidade, do pseudo-estado de excepção proclamado pelos seus agentes no poder político? Como encaramos a ilegitimidade de parte da dívida pública devida à corrupção, ao tráfico de influências e à má despesa, cujos responsáveis têm de ser identificados e punidos? Como nos situamos perante a subserviência aos interesses e autoridades externas? Como reagir perante a desorganização e a destruição do Estado social?

A democracia tem vindo a regredir sob pressão do poder financeiro, que assumiu o papel dominante: capturou e submeteu o poder político e controla o poder económico.

A classe dirigente e os ocupantes dos órgãos de soberania têm representado um papel menor na nossa História, arrastaram o país para uma cada vez maior dependência externa e enver-

gonham-nos diariamente pelas suas atitudes subservientes e medrosas.

A sanha destruidora e a indiferença social e humana do Governo tornam claro e transparente que muitos dos seus membros e servidores não têm idoneidade para as funções que exercem. Não respeitam a Constituição, e violam sistematicamente o contrato social.

Cada dia que passa nesta situação é mais um dia de vergonha.

O 25 de Abril repôs o orgulho de sermos portugueses, tornou-nos respeitados no mundo.

Hoje, com o programa da troika que o Governo quis ultrapassar e com o apoio de outros responsáveis políticos, fomos empurrados para os caminhos do empobrecimento, do assistencialismo, da indignidade e da menoridade cívica e nacional.

Impõe-se que os cidadãos retomem a iniciativa: criem uma comissão nacional do 25 de Abril; apoiem e estimulem os servidores do Estado; libertem o

país dos interesses que o esmagam e reduzem; combatam os poderes ilegítimos e a corrupção que os alimenta.

Não esqueçamos que os direitos à resistência e à defesa da dignidade, além de constitucionais, são direitos humanos essenciais.

Chegou o momento de as instituições e corpos do Estado denunciarem e expulsarem os seus captores, agentes de interesses externos. Há que enfrentar o poder financeiro especulativo e corruptor com inteligência, estratégia adequada, determinação e coragem.

Face à ilegitimidade, à falta de autoridade moral e até à ilegalidade de acções e procedimentos do Poder, é legítimo resistir e desobedecer. É imperativo combater tais acções, para repormos a dignidade dos cidadãos, das instituições e do país.

Chegou o momento de criarmos estruturas e formas de organização para atacar com eficiência e eficácia a crise e os seus agentes, nas suas múltiplas formas e expressões.

A crise que vivemos resolve-se com mais democracia. A dignidade nacional recupera-se com a responsabilização e o afastamento e de quem, servindo interesses alheios, nos conduziu para esta situação de vergonha colectiva.

Reafirmar Abril, hoje, significa valorizar os que trabalham, potenciar recursos e capacidades, respeitar as pessoas e combater as políticas que tornam descartáveis milhões de reformados e desempregados.

Todos os cidadãos têm direito a viver e ser felizes no seu país, se assim o desejarem; nenhuma lógica de mercado pode pôr em causa esse direito.

Portugal e o Estado português existem como expressão da capacidade realizadora dos portugueses e para os servirem, não para servirem os mercados e os seus mandantes.

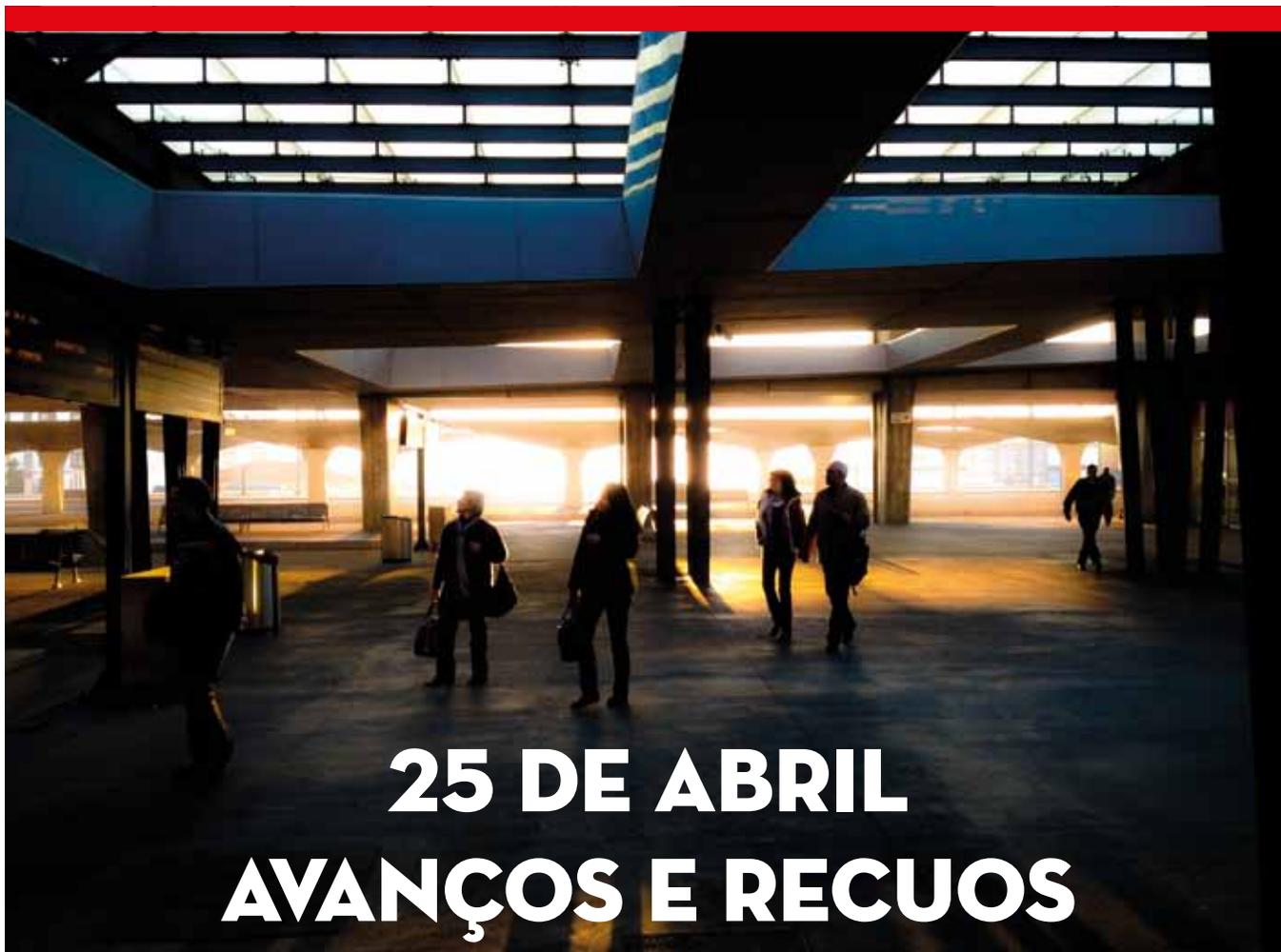
Perante a falta de idoneidade dos dirigentes políticos, tem de ser de novo o Povo soberano a governar Portugal, tal como em 25 de Abril de 1974.

**Martins Guerreiro**  
almirante

(operacional do 25 de Abril)

Texto adaptado de comunicação apresentada no Auditório do SPN em 10.05.2014





# 25 DE ABRIL AVANÇOS E RECUOS

2014 fica marcado pelas comemorações dos 40 anos sobre o dia em que os Capitães de Abril arriscaram e lograram pôr termo à mais antiga ditadura da Europa ocidental, assente na censura e na repressão, devolvendo Portugal aos portugueses e abrindo as portas do mundo e da modernidade.

Pessoalmente, aproveito este espaço para assinalar a data por simples e estrita convicção, pois considero o 25 de Abril como um dos três momentos maiores da nossa história, alterando profundamente todos os níveis da sociedade portuguesa. Se me reportar apenas ao século XX, estamos perante um dos raros acontecimentos de verdadeira afirmação dos valores mais nobres da portugalidade, com repercussões nos domínios social, político e económico.

Decorridas quatro décadas, importa naturalmente recordar e celebrar o acontecimento. Mais do que isso, e obedecendo ao imperativo do momento histórico, impõe-se um balanço sério e pragmático e um olhar preocupado para o futuro.

**Triplo D.** Em 1974, o programa do Movimento das Forças Armadas definiu como prioridades, democratizar, descolonizar e desenvolver. Passemos rapidamente em revista cada um destes desígnios:

- a democratização da sociedade portuguesa construiu-se de forma sustentada; os Capitães de Abril cumpriram o prometido e regressaram aos quartéis, entregando o poder político aos partidos e permitindo a realização das primeiras eleições verdadeiramente livres; o denominado Processo Revolucionário em Curso deu, assim, lugar ao Processo Constitucional em Curso, fundador da democracia portuguesa;

- por sua vez, a descolonização representou um enorme esforço nacional e, apesar das vicissitudes inerentes a tão difícil, traumático e complexo processo, foi capaz de integrar de forma pacífica os que se viram forçados a abandonar os territórios africanos – a este propósito, e em abono do rigor histórico, lembro que, muito antes, outras potências europeias, como a Espanha, França, Holanda e Inglaterra, já tinham concedido a independência às suas ex-colónias: igual exercício de memória, útil a eventuais saudosistas do ‘orgulhosamente sós’, pode ser feito, relembrando a forma vergonhosa como o Estado Novo teve de sair dos territórios portugueses na Índia e o reconhecimento internacional à declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, proclamada em 1973; a criação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa e as relações que mantemos com estes novos países certificam hoje o êxito do inevitável processo de descolonização;

- finalmente, o desenvolvimento é um processo complexo, contínuo e moroso, sempre sujeito a avanços e recuos decorrentes de opções políticas internas, mas também dos contágios externos a que a nossa pequena economia aberta está sujeita; apesar disso e de todos os atuais constrangimentos, 40 anos depois, o balanço geral só pode ser positivo e motivo de orgulho – situando-me apenas na análise comparativa das três funções sociais do Estado mais relevantes, faço notar que, nestes 40 anos de regime democrático, recuperamos do atraso de um século em que nos encontrávamos face à média dos países europeus, resgatando os portugueses de taxas de analfabetismo de 34% para 3,5%, de taxas de mortalidade infantil de 45,8/1000 para 2,5/1000 e que as taxas de pensionistas subiram de 8,6% para 36%.

***“Toda a gente fala e ninguém dorme, às quatro da manhã de uma quinta-feira qualquer não havia um único táxi desocupado. A maioria das pessoas trabalha sem horários e sem pausas, apesar de os portugueses terem os salários mais baixos da Europa. Marcam-se reuniões para altas horas da noite, os escritórios ficam de luzes acesas até de madrugada. Se alguma coisa vai dar cabo desta revolução é a conta da luz.”***

**Gabriel García Márquez, sobre o 25 de Abril, em “Portugal, território livre da Europa”**

**Avanços...** Aprofundando um pouco o progresso na área da Educação, é fundamental assinalar que construímos cerca de mil novas escolas e passamos de 40.000 alunos nas antigas escolas técnicas e liceus para mais de um milhão e meio de alunos, com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano; na Educação Pré-Escolar, aumentamos de 8% de crianças em frequência para os atuais 80% e o Ensino Superior acolhe hoje mais de 370.000 alunos. Além destes, podemos recuperar outros indicadores nacionais de 1973/74, como os 55kms de autoestrada (hoje temos 2.900kms), os 60% de habitações com eletricidade (hoje 99%) ou a taxa de cobertura de água e saneamento (de 40% para 95%).

Este é o retrato do país obscurantista herdado em 1974 e que tem vindo a ser transformado no Portugal europeu, de todos e para todos, através, entre outros, da criação do Serviço Nacional de Saúde (1979), do funcionamento do Poder Local, da Lei de Bases da Segurança Social (1984), da Lei de Bases do Sistema Educativo e da adesão à CEE (1986), da entrada no Euro (2002)... Permito-me uma nota muito pessoal para salientar que a LBSE é a herança mais relevante de Abril, aquela que transformou em obra o grito e as ações de revolta, contribuindo decisivamente para alterar a face do país. Por oposição a uma visão facilitista da história e do desenvolvimento dos países que hoje parece singrar, considero imensa a obra feita ao longo dos últimos 40 anos, da qual citei apenas os momentos mais marcantes em áreas sociais essenciais a qualquer Estado.

**... e recuos.** Sem prejuízo deste relevo, nada está feito e tudo deve preocupar-nos. Mais do que nunca nestas quatro décadas, hoje é o momento para estarmos insatisfeitos e mobilizados, para não permitirmos que esta herança seja dissipada e a memória coletiva apagada, é agora que a defesa de Abril e das conquistas que permitiu se impõe como nunca. Devemos continuar insatisfeitos e mobilizados para os desafios e para os perigos que atentam as grandes conquistas que referi.

Portugal é hoje o 9º país mais pobre e mais desigual dos 28 da União Europeia e, paradoxalmente, pagamos cerca de 20 milhões de euros diários pelos empréstimos internacionais que nos foram concedidos. O país colonizador, que quis e conseguiu deixar de o ser, vê-se hoje subjugado, não pela cultura ou pela força das armas alheias, mas pelo poder especulativo incontrolável da alta finança europeia e mundial. Os sons que hoje marcam esta marcha europeia não são os de tropas a marchar, mas o tilintar solitário dos euros. A pergunta impõe-se como um grito cada vez mais ensurdecedor: o que é feito da Europa criada em 1958, pelo Tratado de Roma,

então decidida a assegurar, mediante um projeto comum, o progresso económico e social dos países, fixando como objetivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos povos?

**Resistir.** Em Portugal, cerca de dois milhões de portugueses vivem no limiar da pobreza, e estes números passariam rapidamente a 4,5 milhões se não existissem apoios sociais. Assistimos hoje, 40 anos depois (não é de mais repetir), a uma desvalorização sem precedentes do trabalho e dos trabalhadores, conduzida por agentes inconsequentes, motivados apenas pelo objetivo de atingir a baixa dos salários e das reformas e de contribuir para aumentar os 17% de lucros apresentados no último ano por grupos empresariais fornecedores de bens essenciais.

Negar esta evidência é imoral e intelectualmente desonesto, e apresenta uma visão cada vez mais solitária e carente de sustentação. Cito, pelo insuspeito do testemunho, um excerto do recente livro do ex-ministro das Finanças, Vítor Gaspar: “Os interesses organizados em Portugal são extremamente poderosos e enraizados na estrutura do Estado Corporativo construído por Salazar”.

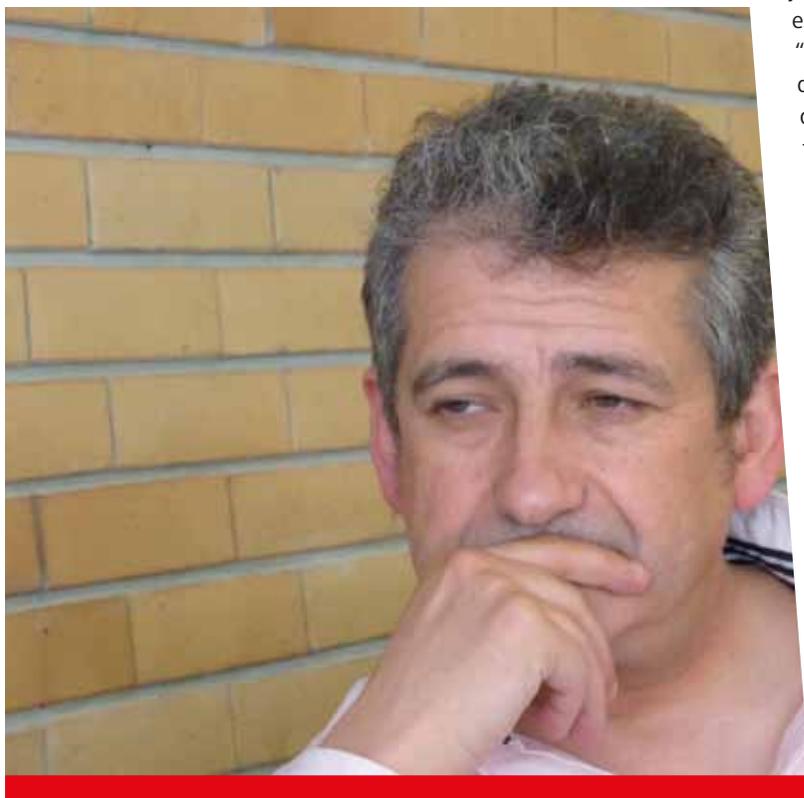
Ao longo dos seus cerca de nove séculos de história, Portugal e os portugueses foram sucessivamente postos à prova, confrontados com cenários de crise e dificuldades. Em nenhum momento nos entregamos à mera resignação ou à mordalha. Para mim, o 25 de Abril é também o melhor e mais significativo exemplo recente desta resiliência que nos caracteriza.

**Votar.** A atual austeridade, empobrecimento e ataque ao trabalho e respetivos rendimentos, bem como a todas as mais do que legítimas expectativas democráticas, pede-nos consciência política individual, capaz de gerar uma resposta conjunta que contribua para a criação e gestão de verdadeiras alternativas, terminando com a alternância no poder.

De todas as conquistas e avanços de Abril, guardei para este parágrafo final a referência ao direito de voto como verdadeira manifestação de escolha livre e democrática. É através do seu exercício que acredito podermos assumir a responsabilidade das decisões que se avizinham, e com isso responsabilizarmos igualmente os decisores, rumo a um futuro melhor e digno dos pergaminhos herdados.

**José Miguel Pinho**  
advogado do SPN

# “O ANIMAL EÓLICO DO CORPO”



**\* APRESENTAÇÃO EDIÇÃO BILINGUE  
PORTUGUÊS/CASTELHANO  
(AMARGORD)**

**30 DE MAIO | 21H15 AUDITÓRIO DO  
SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE**

[Rua D. Manuel II, 51/C - sala 24, Porto]

A originalidade da poética do Nuno Higinio não passa despercebida e cativa qualquer leitor que tenha anseios de ultrapassar o limiar da sua estreita realidade. Diz o poeta que “todos temos uma janela voltada para as estrelas” e, precisamente, este livro é um convite a uma viagem através do “éter desmaiado” na demanda de uma dimensão que se oferece na noite como uma “lâmpada de labaredas, uma lâmpada (...) que tem dentro um deus sentado e só”. É uma espécie de *lichtung* heideggeriana onde se insinua “um Deus colossal, frágil como uma criança”.

Gosto da maneira como ele entrelaça várias dimensões e como faz uma estreita vinculação entre os universos plurais que partilhamos: do quotidiano, do sonho, dos anseios, da memória, do mito, da cidade, da arte, do pensamento, do sagrado, etc.

Também fiquei maravilhada com a ironia azeda que escorre dos seus versos. Uma ironia inteligente, não isenta de grandes saudades e melancolias, que, às vezes, faz aflorar um sorriso amargo e burlesco, como no poema em que fala do “território domingueiro da praça”, dos “canteiros camarários para a serpente bovina da pátria” e das “pombas de monóxido de carbono, flatulentas, que (...) defecam sobre a goma dos fatos domingueiros”.

Depois de ler o livro disse ao editor: é indispensável que os leitores de língua espanhola conheçam este poeta inédito e singular.

Acho que esta escrita é um tesouro que deve ser conhecido e partilhado. E essa é a nossa aposta, porque acreditamos estar ante uma poesia inédita, original e extraordinária, onde sopra um vento cheio de ideias e sentimentos, muito amargos, é verdade, como a própria vida, mas também mágicos e encantatórios, como a própria vida!

*Julia Alonso Diéguez*  
tradutora  
(*El Animal Eólico del Cuerpo*)

# VALEU A PENA

Passados 40 anos, continuo a dizer que foi o dia mais feliz da minha vida. Lembro-me de, manhãzinha cedo, a minha mãe entrar de rompante no meu quarto e dizer: “liga o rádio e ouve o que está a acontecer!” Ensonada, ainda, não queria acreditar. Quando finalmente percebi o que se estava a passar, abracei-me a ela e chorei; chorei como nunca tinha chorado... Lágrimas de dor e de raiva, há muito contidas, misturadas com lágrimas de indescritível e incomensurável alegria.

Foi o 25 de Abril que me fez ficar em Amarante. Era aqui que era preciso trabalhar, partilhar, lutar. Fui o rosto feminino a aparecer em público, em Amarante, nas primeiras horas e dias que se seguiram àquela madrugada. A rua chamava por nós, e havia tanto para fazer! Era necessário organizarmo-nos para começarmos a levar o 25 de Abril pelas aldeias e lugares. Era urgente ensinar, a quem nunca tinha vivido em democracia, o que seria necessário enterrar do passado para construir o futuro. Era preciso dizer às pessoas que eram livres; livres para pensar, para falar, para viver, para rezar ou não rezar, para amar. Era, finalmente, o momento de dizer às mulheres qual o peso do seu género na construção de uma sociedade livre de tabus, de preconceitos, de brandos costumes, que tão violentos e agrilhoantes eram.

Tinha chegado a hora de dizer que os nossos filhos, irmãos, amigos e companheiros não seriam mais obrigados a ir lutar numa guerra colonial injusta, violenta, perversa e facinora.

O povo tinha de perceber que tinha de tomar nas suas mãos o direito à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, e que isso fazia parte da sua liberdade.

E lá fomos nós, por essas aldeias sem estradas, sem luz, sem água, dar o que tínhamos para dar – esclarecimento.

Como professora, o 25 de Abril, encontrou-me a dar aulas no

*A noite escura / Insiste explodir / Em  
vermelho cravo. / Por dentro dela /  
Meu braço estende-se / À procura do  
teu braço / E, no lugar do encontro, /  
As nossas mãos / Formam um punho /  
Erguido e firme / Na imensidão do sonho.*

ensino privado. Mas não era aí o meu lugar. O meu lugar era a escola pública a que todos tinham direito de acesso. E nós queríamos uma escola de qualidade para todos. Sabíamos que quanto mais culto é um povo, mais difícil é subjugar-lo.

Os professores tinham de ser chamados para esta obra. Por isso, havia que organizá-los. Pouco a pouco se foi desenvolvendo o movimento sindical. Um dia nasce o Sindicato dos Professores do Norte – não vou falar da sua história; basta dizer estamos aqui!

Passou muita vida, muito sonho, muita derrota, muitas vitórias. Surgiu muito oportunismo, muita traição, mas valeu a pena.

Faço parte de uma geração que tem as mãos cheias de tudo e os corações cheios de sonhos e partilha. Peço aos mais novos que não desistam. Nada é mais valioso que a liberdade.

**Maria José Gonçalves,**  
sócia SPN nº 8  
Amarante, 25.04.2014





TAXA PAGA  
PORTUGA  
CONTRATO 119214

**PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS**  
AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVOLUCRO FECHADO  
DE 0002201310  
PODE ABRIR-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL

**spn**  
informação

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

Ano XXVIII · II Série · N.º 63

Maio 2014 · 2 euros

spninfo@spn.pt

**27.05**

**Participa!  
Decide!**

**ELEIÇÃO**  
**Vota!**  
*presencialmente ou por correspondência*

**CORPOS  
GERENTES**

Sindicato dos Professores do Norte  
R. D. Manuel II, 51 C - 3º · 4050-345 Porto